

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**SESSÃO ORDINÁRIA DE**

**29 DE FEVEREIRO DE 2016**

**ACTA Nº 01/2016**





# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS

ATA N.º 1/2016

----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, DE VINTE E NOVE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZASSEIS, REALIZADA NO AUDITÓRIO DO CENTRO CULTURAL DE MACEDO DE CAVALEIROS. -----

----- PRESIDENTE – ANTÓNIO DOS SANTOS PIRES AFONSO -----

----- PRIMEIRO SECRETÁRIO – JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA -----

----- SEGUNDO SECRETÁRIO – CLEMENTINA AUGUSTA MARÇAL GEMELGO -----

----- Eram dezoito horas, quando o Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, após verificar a existência de quórum, declarou aberta a reunião, dando de imediato conhecimento dos pedidos de substituição dos Deputados Municipais: Helena Isabel Pires Seabra, Joana Rita Anes Tiago Sarmiento e Maria José Alves de Lima, que foram substituídos, respetivamente, pelos senhores: João Manuel Gradíssimo Rocha, Carla Margarida da Costa Palhau e Maria Inácia Ferreirinha.-----

----- Em face da impossibilidade de estarem presentes na sessão desta Assembleia Municipal, pediram substituição os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia: O de Peredo fez-se substituir pela Secretária da Junta, Deolinda Conceição Ferreira Morais; O de Morais fez-se substituir pela Tesoureira da Junta, Sónia de Jesus Afonso Salomé; O de Arcas fez-se substituir pelo Secretário da Junta, Vítor Manuel Silva Parreira e o de Amendoeira fez-se substituir pelo Secretário da Junta, Manuel António Cabeça.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que nesta sessão, a Freguesia de Olmos não estaria representada, uma vez que o Presidente da Junta eleito, pediu renúncia de mandato, estando ainda a decorrer um processo de clarificação relativamente à sua substituição.-----

----- Verificada a lista de presenças, dela constavam cinquenta e nove Deputados Municipais: António dos Santos Pires Afonso, Celina da Conceição de Sá Martins, José António da Silva Madalena, Clementina Augusta Marçal Gemelgo, Benjamim do Nascimento Pereira Rodrigues, Luís Manuel de Oliveira Miranda Pereira, Paulo Duarte da Silva Dias, Maria Adelaide Alves Gonçalves Baptista, Luís Manuel Dias Gonçalves, Luís Adelino Batista, Maria Helena Lopes Gonçalves, João Manuel Alves Borges, António Nuno Baptista Mendes de Morais, Manuel António Machado Carvalho, Alberto Manuel Pinela Salgado, Isabel Maria Vaz Mesquita da Costa, Ana Rita Simão Rodrigues, Pedro Fernando Reis Mascarenhas, Carlos Manuel Rodrigues Carneiro, Telma de Fátima Atalão Roma, Francisco José Correia, Maria Inês Falcão, Halestino Ernesto Gomes Pimentel, Adalberto do Nascimento Fernandes, Susana Alexandra Esteves Viana, Manuel Alberto Rodrigues, Manuel Alberto Morais Brás, Carlos Alberto Camelo, João Manuel Gradíssimo Rocha, Carla Margarida Palhau, Maria Inácia Ferreirinha, Manuel António Cabeça, Vítor Manuel Silva Parreira, Armando Luís Fernandes Carrazedo, José António Génio, José Manuel Fernandes, Eduardo João Martins Pereira,

Manuel André Pires Morais, Simão Augusto Ventura Ferreirinha, Cláudia Sofia Quirino Chamusca, Isilda da Conceição Honrado, Leonardo do Nascimento Morais Vila Franca, Armindo Caseiro Cepeda, Edgar Manuel Rodrigues Fragoso, Sónia de Jesus Afonso Salomé, Deolinda Conceição Ferreira Morais, Marco Aurélio Pinto Ferreira, Gilberto Amadeu Pires, Inácio de Jesus Roma, António Sérgio da Silva Botelho, Helena Isabel Basaloco Sapage, Manuel António de Sá Mico, Maria Delfina Guiomar Sarmento, Manuel António Pinto dos Santos, António Miguel Vinhas Romão, Carlos Alberto Brás Cabanas Justo, David da Silva Martins, João Manuel Rodrigues Alves e Jorge Orlando Pires Asseiro.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento de toda a correspondência recebida até esta data na Assembleia Municipal, colocando-a à disposição de quem a pretendesse consultar. -----

De seguida, indagou os presentes, no sentido de alguém querer intervir relativamente, à ata da sessão ordinária do dia vinte e sete de novembro de dois mil e quinze. Não havendo quem pretendesse usar da palavra, esta foi, posteriormente posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com cinquenta e oito votos a favor e uma abstenção. -----

----- Prosseguiu **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, inquirindo os presentes acerca da possibilidade do ponto dois ponto dois, da ordem do dia, e por uma questão de logística e funcionalidade, ser apresentado de imediato. A esta solicitação ninguém se opôs tendo-se assim passado à apresentação do referido ponto. -----

----- **PONTO DOIS PONTO UM – APRESENTAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DO CONCELHO: ASSOCIAÇÃO DE DESPORTOS DE COMBATE DE MACEDO DE CAVALEIROS**-----

----- Esteve presente a **Presidente da Associação de Desportos de Combate de Macedo de Cavaleiros, Angelina Silva**, que agradeceu simultaneamente o convite para estar presente nesta sessão e a possibilidade de dar a conhecer a todos, o trabalho que tem vindo a desenvolver nesta academia. A Associação de Desportos de Combate de Macedo de Cavaleiros foi criada em maio de 2006 tendo como principal objetivo a formação de atletas nas modalidades e disciplinas associadas ao KICKBOXING. Esta Associação tem ligação à Associação de Kickboxing e Full Contact da região Norte e à Federação de Kickboxing e Muaythai. -----

----- Informou também que o kickboxing é um desporto de combate que surgiu no início dos anos 70 nos EUA e chegou a Portugal por volta de 1976. Este desporto, tem como principais objetivos a preparação física e mental para a competição e a aprendizagem de técnicas que permitam ao praticante desta modalidade estar preparado quer para a competição, quer para as exigências do dia-a-dia. O que não invalida que haja atletas que treinem simplesmente por prazer e sem qualquer objetivo de competir. O praticante de kickboxing para além de desenvolver, ao longo da aprendizagem a facilidade de concentração, a velocidade, a força, os músculos, a técnica e o autocontrole, desenvolve de igual modo a capacidade de autodefesa. --

----- A Associação de Desportos de Combate de Macedo de Cavaleiros tem a sua sala de treino nas antigas instalações do Clube Atlético de Macedo de Cavaleiros que neste momento



já não reúne as melhores condições físicas para oferecer a quem treina nesta associação. Assim, é sua pretensão, com a ajuda da Câmara Municipal, adquirir um edifício onde se possa montar um ringue de 6x6, uma área de treino (30/50 atletas), e balneários.com esta aquisição pretende-se também, fazer um centro de estágio, para realizar estágios da seleção na nossa cidade.-----

----- A Associação de Desportos de Combate tem neste momento: 130 sócios e 50 atletas, dos quais: 14 em competição e 36 em manutenção. A equipa de competição com apenas 14 atletas é uma das mais reconhecidas e “medalhadas” a nível nacional e regional. A associação conta com campeões nacionais, regionais e europeus e ainda um terceiro lugar mundial. São presença assídua em eventos desportivos da modalidade, um pouco por todo o país: Campeonatos Regionais, Campeonatos Nacionais, Torneios e Galas. O ano passado levaram 2 atletas ao campeonato do mundo que se disputou em Dublin – Irlanda e em Belgrado – Sérvia. Tendo estes atletas obtido classificações, entre os 8 primeiros. A Associação de Desportos de Combate de Macedo de Cavaleiros tem algumas parcerias com o comércio local, no sentido de proporcionar aos associados com as quotas em dia, alguns descontos na aquisição de produtos e/ou serviços das empresas aderentes. -----

----- Após uma breve explicação acerca das modalidades e disciplinas de Kickboxing, áreas de combate, categorias e graduações, a Presidente da Associação passou a mostrar algumas imagens referentes às competições e combates que têm realizado. Terminou a sua apresentação, informando que continuam abertas as inscrições quer para manutenção, para crianças ou para quem quiser, pois todos serão bem-vindos.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a presença da Presidente da Associação de Desportos de Combate de Macedo de Cavaleiros, nesta Assembleia Municipal, bem como todas as informações prestadas relativamente à referida Associação, desejando-lhes os maiores êxitos. -----

----- De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se alguém pretendia, neste momento usar da palavra, tendo-se registado uma inscrição.-----

----- **HALESTINO ERNESTO GOMES PIMENTEL (PSD)** – Fez a seguinte intervenção: “ *Ao longo das minhas intervenções nesta Assembleia, já por duas vezes me referi a esta Associação, mais concretamente após os títulos conquistados no Algarve e em Guimarães e também após a realização da I Gala. Não sendo adepto de desportos de combate, fi-lo porque reconheci que esta Associação é um caso de sucesso e por considerar extremamente meritório o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido. De facto, conseguir elevar o nome de Macedo de Cavaleiros em todas as competições nacionais aos primeiros lugares do pódio e levá-lo também além-fronteiras, constitui-se como o melhor dos exemplos de que em meios pequenos também se pode trabalhar bem e se consegue ter visibilidade externa, desde que haja qualidade e um empenho efetivo em prol de uma coletividade. Conseguir juntar numa única associação os melhores atletas de um distrito em vez de existirem várias associações espalhadas pelos diversos concelhos do distrito, constitui-se como a melhor estratégia para alcançar os resultados que já conseguiram, provando que a máxima “dividir para reinar” nem*

*sempre se aplica. Começam agora a ter alguma dificuldade a nível interno em arranjar adversários por tudo aquilo que já conseguiram. Mas sejam sempre a Associação de Desportos de Combate de Macedo de Cavaleiros, pois só esse nome já consegue assustar os adversários. Não podia deixar de pedir a palavra no dia da apresentação a esta Assembleia da Associação de Desportos de Combate de Macedo de Cavaleiros para, a partir daqui lhes dar publicamente os parabéns por tudo o que têm vindo a fazer e para lhes dizer que continuem com este empenho pois só dessa forma conseguirão continuar a superar expectativas.” -----*

----- **PONTO UM - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- (Artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro) -----

----- **Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----

----- **JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD)** – Disse que a sua intervenção tinha que ver com a questão da saúde e não podia deixar passar em claro a referência muito elogiosa do Hospital de Macedo de Cavaleiros relativamente à avaliação dos serviços de saúde públicos e privados do ano de dois mil e quinze. Nos dados referentes a dois mil e quinze a Unidade Hospitalar de Macedo de Cavaleiros voltou a estar em destaque, e passou a citar uma notícia vinculada pela Rádio Onda Livre Macedense “*com várias valências distinguidas com classificação máxima, nível três de excelência clínica nas áreas de neurologia (acidente vascular cerebral), Ortopedia (pelas otoplastias totais da anca e do joelho) e cuidados transversais, esta, avaliada pela primeira vez pela Entidade Reguladora de Saúde*”. Prosseguiu a sua intervenção lendo a citação do Senhor Presidente do Conselho de Administração, Doutor António Marçoa: que diz: “*As nossas classificações de nível três recaíram todas em Macedo de Cavaleiros, o que nos apraz registar. A ULS Nordeste está considerada a par da ULS de Matosinhos e do Porto uma das três melhores do país.*” -----

-----Tem por isso de dar aqui os parabéns aos profissionais da Unidade Hospitalar de Macedo de Cavaleiros, parafraseando o colega Deputado Halestino Pimentel quando dizia que “*em terras pequenas também se fazem coisas grandes*” e este é um segundo exemplo testemunhado hoje nesta Assembleia Municipal, ultrapassando as ameaças com que se vão deparando e com que vão lutando, mês após mês e ano após ano. Continuou dando conhecimento à Assembleia Municipal que no passado dia dezoito de janeiro a Comissão de Saúde enviou uma carta ao Senhor Ministro da Saúde, com a intenção de apresentarem e darem conta ao novo Ministro das suas preocupações, do que defendem, do que acham que faz falta na Unidade Hospitalar de Macedo de Cavaleiros, nomeadamente a necessidade da reativação do serviço de análises clínicas durante o fim-de-semana que tanto transtorno faz aos utentes, que é necessário melhorar a cobertura ao nível de medicina interna mantendo o número de camas de internamento em número adequado e não as reduzir, recriar a Unidade de Convalescença de curta duração que existiu até ao final de dois mil e catorze, apesar de considerarem que a Unidade de Cuidados Paliativos faz muita falta, porque aqui regista-se um grande défice de camas e é ainda necessário melhorar o apoio aos doentes oncológicos acompanhados em Macedo de Cavaleiros porque como sabem há já largos meses que deixaram de ter o apoio da médica oncologista residente. Para terminar disse que apesar de



tantos ventos e marés a Unidade Hospitalar de Macedo de Cavaleiros está de parabéns.-----

----- **JOÃO MANUEL GRADISSIMO ROCHA (PS)** – A sua intervenção visou os Autarcas locais mais concretamente os Presidentes de Junta, pois são, no seu entender, a figura do “poder” junto da população. Sendo estes os primeiros a receberem os seus anseios e preocupações, não tendo por vezes nem meios nem capacidades para resolver as situações vendo-se obrigados a recorrer à Câmara Municipal, na pessoa do seu Presidente. Disse ser do seu conhecimento que, quer Presidentes de Junta afetos ao poder do Município, quer Presidentes de Junta que fazem parte do “não poder” que estão na oposição, das diversas missivas que enviam à Câmara Municipal a solicitar apoio ou outras situações, a Câmara Municipal na maior parte das vezes não lhes dá qualquer resposta. Na sua opinião esta é uma situação grave porque sabe que há outros Presidentes de Junta que não precisam enviar qualquer tipo de pedido à Câmara para que as coisas cheguem às suas freguesias. Pensa que o concelho de Macedo de Cavaleiros é um só, que não há pessoas de primeira e de segunda, que todos são cidadãos do concelho de Macedo de Cavaleiros. Finalizou a sua intervenção exibindo cópia de alguns dos ofícios remetidos à Câmara Municipal pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Talhas e que ate à data não obtiveram qualquer resposta. Alguns desses documentos datam do ano de dois mil e catorze e outros de dois mil e quinze. Disse estar, portanto, na altura de mudar esta forma de ser e de estar e gostaria que o Senhor Presidente da Câmara lhe desse alguma explicação sobre este assunto.-----

----- **ADALBERTO DO NASCIMENTO FERNANDES (CDU)** – Disse que o propósito da sua intervenção se prende com a apresentação de duas moções, que a seguir se transcrevem: “**Dia Internacional da Mulher – oito de março - Um Dia Incontornável no Caminho de uma Sociedade Justa, Livre de Desigualdades e Discriminações**-----

-----*O Dia Internacional da Mulher está historicamente ligado à luta das mulheres trabalhadoras pela sua emancipação política, económica e social. Ao longo de mais de um século, desde a aprovação, durante a segunda Conferência Internacional de Mulheres (Copenhaga, mil novecentos e dez) de um Dia Internacional da Mulher, são inúmeros os exemplos em que este dia se eleva como manifestação e luta pelas mais justas aspirações das mulheres de todo o mundo, um dia de ação das mulheres pelos seus direitos próprios, contra todas as formas de discriminação. Os objetivos estiveram na origem da instituição do Dia Internacional da Mulher mantêm-se atuais: a sociedade em que vivemos é marcada pelo triunfo de desigualdades, pela gigantesca entre os poucos detentores da riqueza e os muitos milhões de homens, mulheres e crianças que nada têm. Milhões de mulheres no mundo não têm garantida a sua sobrevivência e dos seus familiares. São as primeiras vítimas dos conflitos armados e das guerras do imperialismo. O oito de março assume-se pelo facto de transportar para o tempo presente um património histórico de luta das mulheres pela sua emancipação, com reivindicações específicas, que constitui um fator de enriquecimento de uma luta comum a homens e mulheres pela transformação social. Trata-se de uma data histórica, um dia para assinalar uma luta de todos os dias. O Poder Local Democrático, que este ano assinala 40 anos das primeiras eleições para os seus órgãos, tem assumido um importante papel no*

assinalar desta data desde as primeiras comemorações do oito de março em liberdade, em mil novecentos e setenta e cinco. O Poder Local tem um papel importante na promoção dos valores da igualdade de direitos das mulheres, ancorados nos valores de abril e nos princípios e direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa. Nas suas esferas de competência tem tido um papel importante na promoção dos direitos das mulheres, na valorização da sua participação como parte integrante da vida e história locais.-----

----- Nesta Assembleia Municipal queremos saudar as mulheres portuguesas e em particular as que vivem, trabalham e estudam no concelho de Macedo de Cavaleiros. Em Portugal iniciou-se um caminho de recuperação de rendimentos e de direitos, que têm estado na base da luta travada nos últimos quatro anos e que têm importância para a melhoria das condições de vida das mulheres: a reposição do horário de trabalho das trinta e cinco horas semanais na Administração Pública; o aumento do salário mínimo nacional; a reposição dos quatro feriados suspensos; o direito das mulheres à interrupção voluntária da gravidez, sem pressões nem condicionamentos; a eliminação das penhoras e hipotecas da habitação em execuções fiscais. É um caminho que importa prosseguir e consolidar e que não dispensa que as mulheres assumam como sujeitos ativos na luta para responder aos problemas mais sentidos e pela concretização da igualdade na lei e na vida.-----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros, reunida a vinte e nove de fevereiro de dois mil e dezasseis, apela às mulheres para que, com a sua determinação, coragem e confiança no futuro, comemorem o Dia Internacional da Mulher, honrando todas e todos os que lutam por uma sociedade justa, livre de desigualdades e de discriminações.”-----

----- **Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra relativamente a esta moção. De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs a mesma à votação.**-----

----- **DELIBERAÇÃO: A Moção foi rejeitada com vinte e cinco votos contra, vinte e três votos a favor e onze abstenções.**-----

-----“**Moção – O Orçamento do Estado para dois mil e dezasseis e as autarquias locais**-Considerando que a proposta de Orçamento de Estado para dois mil e dezasseis: - Elimina alguns constrangimentos à gestão autónoma dos recursos próprios das autarquias locais, designadamente no domínio da gestão do pessoal ao seu serviço, e minimiza outros, como aspetos relacionados com a execução da lei dos compromissos ou com a consignação forçada de algumas receitas; mantém um quadro geral de deveres de informação e um regime sancionatório próprios do exercício de tutelas de mérito e integrativa que a Constituição da República expressamente veda; - Persiste no crónico incumprimento da Lei das Finanças Locais, avaliado em cerca de trezentos milhões de euros às autarquias, tão mais incompreensível quanto a abrupta redução das receitas a que foram sujeitas, quer com a imposição da nova Lei das Finanças Locais, quer com os cortes impostos desde dois mil e onze.-----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros reunida a vinte e nove de fevereiro de dois mil e dezasseis, delibera: Um- Saudar e valorizar as disposições que visam



*eliminar ou minimizar alguns dos constrangimentos à autonomia do poder local, designadamente quanto à eliminação de consignações e as restrições à contratação de pessoal; Dois- Condenar o prosseguimento da sonegação dos recursos que a Constituição e a Lei atribuem às autarquias locais o cabal respeito pela Lei das Finanças Locais; Três- Reclamar medidas urgentes que ponham fim às mais diversas formas de tutela não estritamente inspetiva e reponham um quadro conforme ao regime de autonomia prescrito pela Constituição da República.”-----*

----- **Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra relativamente a esta moção. Em momento próprio o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs a mesma à votação.**-----

----- **DELIBERAÇÃO: A Moção foi rejeitada com trinta e um votos contra, vinte e um votos a favor e sete abstenções.**-----

----- **PAULO DUARTE DA SILVA DIAS (PSD)** – Disse que à semelhança do que fez há cerca de um ano atrás era hoje seu propósito falar sobre as atividades desenvolvidas pela Câmara Municipal entre a última Assembleia Municipal de vinte e sete de novembro de dois mil e quinze até à presente data. Assim, a Cidade Natal, a Feira da Caça e o Carnaval foram eventos que não podia deixar de mencionar até pela forma como os mesmos foram preparados e desenvolvidos dando nota de que lhe parece que estão no caminho do progresso ao nível da qualidade e isso é visível pelo número de pessoas que aderem às iniciativas e pelo efeito que estas acabam por ter, mais direto ou indiretamente na Cidade. Efetivamente a Cidade Natal e o arranjo que foi feito em Macedo em torno da celebração deste, inequivocamente deixou a população em geral, satisfeita. Os alunos puderam experienciar o espaço em frente à Câmara Municipal que sendo discutível, ou não, permitiu que as famílias levassem até lá as suas crianças onde puderam gozar um bom momento de convívio em família criando ao mesmo tempo bastante dinâmica à Cidade. Quanto à Feira da Caça manifestou a enorme satisfação que sentiu quando entrou na Feira, e constatou a competência da organização conjunta da Câmara Municipal e da FACIRC – Federação das Associações de Caçadores da Primeira Região Cinegética. De facto, e definitivamente é uma Feira de sucesso. Certame já reconhecido em todo o lado e que dá visibilidade a Macedo. Reiterou os parabéns aos organizadores do evento pois é uma grande aposta que tem vindo a ser feita. Salientou, também, que este ano se notou um profissionalismo diferente, uma maior “agressividade” na publicidade, na organização e na segurança. Tendo-se tornado visível depois, no número de visitantes e na satisfação com que as pessoas visitam a Feira e permanecem durante muitas horas. Destacou também a Rota do Javali que também já trás notoriedade à cidade. A respeito desta confraria, disse estar convicto, que o trabalho desta, é algo que tem que ser explorado, pois em seu entender não deve ser a Câmara Municipal só a promover as coisas, dado que quando os eventos são promovidos com a colaboração de privados ou de Associações e coletividades os resultados obtidos melhoram significativamente.-----

----- Também o Carnaval acaba por ser uma excelente mostra de como as Associações e Coletividades estão dinamizadas pois a adesão que o Carnaval tem quer no Desfile em

Macedo de Cavaleiros, quer em toda a envolvência que o Carnaval cria, dinamiza o concelho trazendo milhares de pessoas que já não vêm só a Podence pois o desfile noturno em Macedo é muito participado. Concluiu sublinhando a mensagem de que quando se trabalha com qualidade, em colaboração e se juntam esforços com objetivos comuns as coisas resultam sempre.-----

----- **JOÃO MANUEL RODRIGUES ALVES (PS)** – Relativamente à Feira da Caça e dado que é Presidente de uma Associação que participou neste evento, a Associação de Caçadores de Vale Servo que organizou uma das Montarias realizadas, disse ter obtido um excelente resultado, aproveitando esta oportunidade também para se congratular pois foi um fim-de-semana espetacular. Deixou também um alerta e pediu um pouco de bom senso às pessoas no sentido de valorizarem o que é nosso e o que de bom se faz na nossa terra, não denegrindo a sua imagem com boatos falsos como foram os que à montaria que referiu dizem respeito, nomeadamente a questão dos trinta e um javalis abatidos terem sido comprados em Espanha e colocados no local para o efeito, o que não é verdade e todos sabem.-----

----- Quanto ao Carnaval congratulou-se pela forma como o mesmo decorreu, dizendo que no corrente ano, e fruto de uma sugestão que deu no ano passado a qual o Senhor. Presidente da Associação dos Caretos acolheu, pois, este ano estenderam o Carnaval ao longo da aldeia de Podence instalando várias tasquinhas pelas ruas. Correu tudo muito bem e esta iniciativa foi do agrado da população em geral, tal como aos proprietários das referidas tasquinhas.-----

----- Terminou a sua intervenção, expondo preocupação relativamente a um novo tipo de arte que tem aparecido, a qual apelidou de gravuras do Azibo. Na Estrada Nacional quinze tem visto umas setas pintadas com uns sprays às cores rosa e verde fluorescente e gostaria que a Câmara estivesse atenta e tentasse descobrir quem são os autores-----

----- **LUÍS MANUEL DIAS GONÇALVES (PSD)** – Reiterou os parabéns já dados nesta Assembleia Municipal à Associação de Desportos de Combate de Macedo de Cavaleiros. Sublinhou todo o trabalho desempenhado pela Comissão de Saúde e endereçou em nome do PSD os parabéns a todos os profissionais de saúde que trabalham no Hospital de Macedo de Cavaleiros. Alertou também a Comissão de Saúde e a Administração da ULS/Nordeste para os resultados obtidos pelos profissionais de saúde, questionando até onde eles poderiam chegar se tivessem o devido apoio desta administração que teima em desinvestir na Unidade de Macedo de Cavaleiros mês após mês e ano após ano. Perante a qualidade inequívoca destes profissionais têm uma atitude reprovável por parte do Conselho de Administração. Lembra que o Senhor Presidente da Câmara já oportunamente questionou o Governo anterior sobre este assunto e foi-lhe garantido que não iriam retirar nem serviços nem valências e que iria ser feito um forte investimento em algumas valências na Unidade de Macedo de Cavaleiros. Contudo e até à data, constata-se que nada está a ser feito.-----

----- Prosseguiu a sua alocução fazendo referência às promessas eleitorais da candidatura do Doutor Duarte Moreno, do PSD e do “Ser Macedense”. Lembrou que estas se agrupavam em quatro grandes grupos: Educar, Empregar, Fixar e Cuidar. Disse que para além de estarem



a ser cumpridas, o Senhor Presidente da Câmara tem vindo a fazer mais do que aquilo que prometeu aos macedenses. Terminou referindo-se a uma notícia que veicula nos vários órgãos da comunicação social, regionais e nacionais. Macedo está na linha da frente no que respeita à devolução do imposto cobrado pelo Estado a todos os que têm domicílio fiscal no Concelho de Macedo. Esta é sem dúvida uma medida que beneficia quem opta por viver na nossa cidade e que pode atrair mais gente para Macedo. Associada a esta há também a questão do IMI com a redução em função do número de filhos e a decisão da não continuação do lançamento de Derramas.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para que este pudesse responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados.-----

----- **O Sr. Presidente da Câmara Municipal**, começou por responder associando-se ao **Deputado Municipal, José Madalena** no sentido de dar os parabéns aos profissionais de saúde que permitiram e continuam a permitir levar o nome da Unidade Local de Saúde de Macedo de Cavaleiros a todo o país. Disse que o trabalho ainda não terminou. Vai devagar, muito devagar mas sempre em frente e caminhando com os olhos postos no futuro.-----

----- **Ao Deputado Municipal, João Rocha** disse que a sua intervenção veio mesmo a propósito pois a Câmara Municipal está, neste momento, a trabalhar num Regulamento de Apoio a Entidades Terceiras onde estão incluídas as Juntas de Freguesia. Relativamente às questões que colocou no que diz respeito aos ofícios da Junta de Freguesia de Talhas, pode dizer-lhe que viu alguns desses ofícios não lhe podendo responder se foi dada resposta aos mesmos, no entanto pode dizer-lhe que alguns se não tiveram resposta pelo menos os pedidos foram satisfeitos pois as coisas foram feitas, como foi o caso de tapar os buracos, o levantamento dos arruamentos e da iluminação. Fica, portanto, a certeza de que não são necessários sequer ofícios pois basta os Presidentes de Junta falarem que, desde que as intervenções solicitadas sejam fáceis, a Câmara colabora e resolve as situações sempre que é possível. No que diz respeito à cedência dos equipamentos pesados, disse que o Senhor Deputado deve compreender que a Câmara não possui muitos equipamentos e que o concelho é grande. Esta cedência é feita por prioridade e pensa que estão a fazer uso do calendário para a utilização das máquinas.-----

----- Quanto às atividades mencionadas quer pelo **Deputado Municipal, Paulo Dias**, quer pelo **Deputado Municipal, João Alves** disse ser esta uma atribuição da Câmara Municipal. Tentar com todas as Associações e com todos os macedenses fazer o melhor e da melhor forma para atrair visitantes. Acreditando que com a união se faz mais e melhor lançou o repto para que todos se associem aos eventos, estando a Câmara sempre recetiva a sugestões. Disse ainda estarem todos de parabéns: a Câmara, Macedo e todos os Macedenses.-----

----- **Ao Deputado Municipal, João Alves** relativamente às “gravuras sobre o Azibo” disse desconhecer tal situação, mas que se ira inteirar da situação para posteriormente o elucidar-----

----- Relativamente à intervenção do **Deputado Municipal, Luís Gonçalves** que fez uma elencagem de algumas questões disse que o programa eleitoral foi sufragado e a maioria dos

macedenses deu-lhes a possibilidade de estarem à frente da Autarquia. Assim, é sua pretensão, concluir esse programa, tentando cumpri-lo ao máximo e o melhor que souberem.---

----- **Abertas novamente as inscrições, usaram da palavra:**-----

----- **PEDRO FERNANDO REIS MASCARENHAS (PS)** – Começou a sua intervenção dando os parabéns à Associação de Desportos de Combate de Macedo de Cavaleiros, na pessoa da sua Presidente pelo trabalho que tem desempenhado. Continuou referindo que na sequência da intervenção do Deputado Municipal, José Madalena, na qualidade de Coordenador da Comissão de Saúde desta Assembleia Municipal, pediu agora para usar da palavra porque também faz parte desta Comissão, e é então seu propósito dizer que no anterior Governo sempre que o Hospital de Macedo de Cavaleiros sofria um “ataque” (e foram vários), do Conselho de Administração da ULS, que ainda é o mesmo e foi nomeado por esse Governo PSD, esses ataques não eram mais do que o concretizar das políticas do Governo anterior. Mas sempre que havia esses ataques, com os quais ainda retiraram daqui alguns serviços, o Partido Socialista tinha uma prática que era a de não se pôr em bicos de pés e não atuar sozinho pois sabem bem que a união faz a força e também não era seu propósito tirar dividendos políticos da situação, mas sim ajudar a resolver as questões que afetavam a saúde dos macedenses. Tinham nessa altura uma prática que era, pegar no telefone e falar com os Deputados desta Assembleia, José Madalena e Luís Gonçalves (Presidente da Concelhia do PSD de Macedo de Cavaleiros) e dizer-lhes que tinham de reagir e unir esforços para contrariar as ameaças que iam sofrendo a nível da saúde. E assim durante algum tempo consertaram posições. Tomaram inclusivamente posições conjuntas e assim foram conseguindo amortecer os ataques da ULS. Quando pretendiam tirar por exemplo trinta, só tiravam vinte, pois entre todos foram conseguindo travar estas contrariedades. Presentemente, estranhou que logo que o Governo mudou, a Comissão Política do PSD divulgou um comunicado relativamente aos serviços de medicina, de certa forma contra aquilo que vinha sendo prática, colocando-se em bicos de pés, desancando na ULS e dizendo que estão a tirar aos serviços de Macedo de Cavaleiros “mundos e fundos”. Esquecendo-se que a Administração da ULS ainda é a mesma que foi colocada pelo Governo PSD, pois para sua tristeza, a mesma ainda não foi mudada. Acerca deste comunicado, o PSD não se terá saído assim tão bem, pois tiveram resposta. Estes por sua vez na contrarresposta não terão estado à altura da resposta, não lhe tendo saído a coisa muito bem. -----

----- Marcaram uma reunião da Comissão de Saúde e na mesma chegaram a conclusão que não valia a pena dirigirem-se mais ao Conselho de Administração da ULS porque era como falar para as pedras. Em conjunto e por unanimidade decidiram, uma vez que há um novo Ministro da Saúde, escrever-lhe e colocá-lo ao corrente da situação, de tudo o que se tem passado ao nível da saúde no Distrito e mais em concreto no concelho de Macedo de Cavaleiros nos últimos anos. Agora há que esperar que o Senhor Ministro da Saúde se inteire da situação, ficando a aguardar uma resposta. Por fim, foi dito ao PSD de Macedo de Cavaleiros que se quiserem continuar a contar com o apoio do PS para em conjunto continuarem a lutar pela saúde no concelho, podem contar com eles para fazerem como



sempre fizeram.-----

----- **LUÍS MANUEL DIAS GONÇALVES (PSD)** – Disse não poder deixar de partilhar com a Assembleia Municipal que uma das principais preocupações do novo Governo é exclusivamente a nomeação de alguns cargos e quando ouviu o Deputado, Pedro Mascarenhas, falar na necessidade da substituição da atual Administração do Centro Hospitalar ouviu-se de imediato sussurrar que já era tarde. No que respeita à saúde, referiu que tanto no PSD Nacional como no PSD Macedo a única preocupação que têm é exclusivamente o interesse de Macedo e dos Macedenses, não tendo qualquer preconceito de “ficar mal na fotografia” se para isso saírem beneficiados Macedo e os macedenses. No campo da saúde lembrou que a Comissão de Saúde desta Assembleia Municipal tem desempenhado um papel importante e muito bem com apoio de todos, no entanto, pensa que há mais que um caminho e perante a situação que se estava a passar não podiam deixar de reagir por outros lados. Disse ainda que a última situação com que se depararam no que à saúde diz respeito mais uma vez passado todo este tempo ficaram, numa fase inicial com menos sete camas na medicina, havendo a promessa da reposição de duas e há a promessa de uma nova Unidade de Convalescença mas certo é que que mais uma vez andam a prometer a vinda de serviços para Macedo e que acabam por não concretizar.-----

----- Relativamente às moções apresentadas pelo Deputado Municipal, Adalberto Fernandes, informou que têm o máximo respeito e consideração pela “mulher” e pela posição que esta ao longo dos séculos tem assumido na sociedade e precisamente por essa razão vão votar contra a moção apresentada, pelas questões políticas e partidárias que a mesma encerra. Quanto à outra moção o sentido de voto do PSD vai ser igualmente contra.-----

----- **JOÃO MANUEL GRADISSIMO ROCHA (PS)** – Disse ao Senhor Presidente da Câmara e relativamente à questão que levantou na sua anterior intervenção, respeitante ao equipamento cedido às Freguesias, que gostaria que o calendário de cedência desse mesmo equipamento fosse tornado público, para conhecimento geral, sugerindo para o efeito, o site da Câmara Municipal. Quanto ao equipamento, ou bens do Município, nomeadamente no que diz respeito à rede viária disse que o concelho é servido por dois tipos de rede viária, uma nacional e outra municipal. A municipal está dependente das Estradas de Portugal para a sua manutenção, a rede viária municipal depende única e exclusivamente do Município e é vergonhoso o estado degradado em que se encontram todas as principais entradas para a Cidade. Disse notar um total abandono, pois não há manutenção nem de bermas, nem das valetas, questionando se tal facto se deveria à falta de cantoneiros.-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **PONTO DOIS PONTO DOIS – REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE DISTINÇÕES HONORÍFICAS NO DIA DO MUNICÍPIO – APROVAÇÃO**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento do Regulamento de Atribuição de Distinções Honoríficas no Dia do Município elaborado por proposta da Comissão Permanente, que aqui se dá como integralmente transcrito, ficando a fazer parte integrante desta ata.-----

----- **Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra.**-----

----- **DELIBERAÇÃO: Apreciado o assunto a Assembleia Municipal, por unanimidade deliberou aprovar a proposta de Regulamento de Atribuição de Distinções Honoríficas no Dia do Município.**-----

----- **PONTO DOIS PONTO TRÊS – APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL, ELABORADA NOS TERMOS DA ALÍNEA c), N.º 2 DO ARTIGO 25.º E N.º 4, DO ARTIGO 35.º, AMBOS DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO**-----

----- Pelo excelentíssimo **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, foi dada uma breve explicação acerca da informação escrita sobre a atividade da Câmara Municipal, que aqui se dá como integralmente transcrita, ficando a fazer parte integrante desta ata.-----

----- **Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----

----- **ADALBERTO DO NASCIMENTO FERNANDES (CDU)** – Disse ao Senhor Presidente da Câmara que quase diariamente circula pela Estrada Macedo/Mogadouro e, essa estrada tem um deslizamento de terras antes da conhecida curva da chouriça, estando sinalizada com uma fita há já algum tempo. O problema tarda em ser solucionado, o que torna a curva bastante mais perigosa. Também a grande quantidade de freixos bravos que nasceram nas bermas desta mesma estrada parecem lâminas cortantes bastantes perigosas especialmente para quem circula de motorizada.-----

----- **LUÍS MANUEL DIAS GONÇALVES (PSD)** – Disse que da leitura da informação do Senhor Presidente da Câmara podem verificar que é feita referência à Inauguração da Sede Distrital do Corpo Nacional de Escutas. Assim, é de assinalar o trabalho meritório que este Corpo desenvolve na Sociedade e em especial junto dos jovens. Felicitou o Município e o Corpo Nacional de Escutas por terem unido esforços para que a Sede ficasse em Macedo de Cavaleiros. Terminou a sua intervenção desejando que continuem a desenvolver, como até aqui, um bom trabalho junto dos jovens.-----

----- **PONTO DOIS PONTO QUATRO – ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO ANO DE 2016 – APROVAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA o) DO N.º 1, ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de vinte e dois de fevereiro de dois mil e dezasseis, que se transcreve: “ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO ANO DOIS MIL E DEZASSEIS. -----

----- Sobre o assunto presente, a **proposta** do Senhor Presidente da Câmara Municipal, referente à alteração do mapa de pessoal para dois mil e dezasseis, que se transcreve: “*Aquando da aprovação da proposta do mapa de pessoal pela Câmara Municipal para o corrente ano, em outubro de dois mil e quinze, não era, ainda, possível prever um conjunto de circunstâncias que vieram a alterar a matriz com que o mesmo foi construído. Nessa proposta apresentada escrevia-se que “Não se pretendendo ter nesta matéria uma política expansionista, não se quer, contudo, comprometer o futuro, a visão e os projetos existentes,*



*pelo que se procurará reforçar os mapas de pessoal na medida do necessário e do legalmente possível, olhando-se sempre e sobretudo para os recursos existentes e para a sua valorização que se pretenderá atingir ao longo do atual mandato.” Ora este desiderato, mesmo ainda não se conhecendo a versão final do orçamento de Estado para dois mil e dezasseis, está já hoje condicionado pelo entendimento da CCDR-N da necessidade de previsão nos mapas de pessoal das situações de mobilidade (ao contrário do entendimento das suas congéneres e da própria DGAEP) e pela possível melhoria do endividamento municipal, a confirmar em sede de prestação de contas. Aproveita-se também para corrigir alguns lapsos na contagem de pessoal provido e a prover, devido a situações de mobilidade (“interna e externa”) e de licenças sem vencimento. Com este enquadramento, proponho que, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de três de setembro, a Câmara aprove a presente proposta de alteração do mapa de pessoal que se anexa e que dela faz parte integrante e a submeta à Assembleia Municipal’.* -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal** informou que na alteração do mapa de pessoal estão contempladas algumas situações de mobilidade entre carreiras, que mediante informação da CCDRN as mesmas tinham de estar previstas neste documento. A presente alteração incide na possibilidade de existência de mobilidade de **cinco técnicos superiores**. Relativamente aos **assistentes técnicos** existiam 3 lugares vagos e  **aumentaram esse número para cinco**. No que diz respeito aos **assistentes operacionais** carreira mais necessitada de pessoal, existiam três lugares vagos e com esta alteração foram **alargados para dez**, que pretendem contratar e dotar se o Orçamento de Estado assim o permitir. -----

----- **O Senhor Vereador Fernando Rui Castanheira Pinto** referiu que é por demais exaustivo os Vereadores consultarem o mapa e terem que, linha a linha, verificar o documento. Parece-lhe no entanto que esta proposta podia ela própria ser mais completa de forma a contemplar o conteúdo do mapa e fazendo ao mesmo tempo o enquadramento do documento que ficaria muito mais confortável para uma melhor análise.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Apreciado o assunto, a Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de alteração do mapa de pessoal para o ano de dois mil e dezasseis, que aqui se dá como integralmente transcrita, ficando cópia da mesma, devidamente rubricada pelos membros do Executivo, arquivada na pasta correspondente a esta reunião.-----

----- Mais foi deliberado remetê-la à Assembleia Municipal para aprovação nos termos da alínea a), do n.º 2 do art.º 3.º do Decreto-Lei 209/2009, de 3 de janeiro.-----

----- **Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra.**-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Devidamente apreciado o assunto, a Assembleia Municipal, por unanimidade deliberou, nos termos da alínea a), do n.º 2 do art.º 3.º do Decreto-Lei 209/2009, de três de janeiro aprovar a alteração ao mapa de pessoal do ano dois mil e dezasseis.-----

----- **PONTO DOIS PONTO CINCO – PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ARU (ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA) DE TRAVANCA – APROVAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA r),**

**N.º 1, ARTIGO 24.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de vinte e dois de fevereiro de dois mil e dezasseis, que se transcreve: “**APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ARU (ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA) DE TRAVANCA**-----

-----Sobre o assunto, presente a **proposta** do Senhor Presidente da Câmara Municipal, referente à delimitação da ARU (Área de Reabilitação Urbana) de Travanca, que se transcreve: “*Pese embora o conteúdo das deliberações da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal realizada em setembro de dois mil e quinze que aprovaram a ARU da cidade de Macedo de Cavaleiros, não integrando por questões técnicas a área de Travanca, tendo ficado, contudo, o compromisso de também desenvolver esta última, importa, assim entendendo os órgãos municipais, aprovar formalmente esta ARU, desde logo com a relevância que esta possa ter ao nível do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano e na definição de prioridades de investimento, designadamente de regeneração urbana. As ARU encontram-se enquadradas no Regime Jurídico de Reabilitação Urbana, estabelecido pelo Decreto-Lei nº 307/2009, de vinte e três de outubro, alterado pela Lei nº 32/2012, de catorze de agosto, as quais consubstanciam áreas territoriais delimitadas que, pela insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas urbanas, dos equipamentos ou dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, justifiquem uma intervenção integrada. É da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, a formalização da delimitação das ARU. Atendendo à importância de que se reveste este instrumento, proponho à Câmara Municipal a aprovação da Proposta de Delimitação da ARU de Travanca constante no anexo que faz parte integrante desta proposta, para posterior submissão à Assembleia Municipal*”. ----

----- **DELIBERAÇÃO:** Apreciado o assunto, a Câmara Municipal, por unanimidade deliberou, propor à Assembleia Municipal a aprovação da proposta de delimitação da ARU/Área de Reabilitação Urbana de Travanca.-----

----- **Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra.**-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Devidamente apreciado o assunto, a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da Câmara Municipal de delimitação da ARU/Área de Reabilitação Urbana de Travanca.-----

----- **PONTO DOIS PONTO SEIS - CONCESSÃO DO USO PRIVATIVO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE DE UM TERRENO MUNICIPAL PARA CONSTRUÇÃO, INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE UM POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, DE CARREGAMENTO DE BATERIAS OU EQUIVALENTE A ÁREA DE SERVIÇOS – AUTORIZAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA p), N.º 1 ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de vinte e dois de fevereiro de dois mil e dezasseis, que se transcreve: “**CONCESSÃO DO USO PRIVATIVO DO DIREITO DE**



SUPERFÍCIE DE UM TERRENO MUNICIPAL PARA CONSTRUÇÃO, INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE UM POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, DE CARREGAMENTO DE BATERIAS OU EQUIVALENTE A ÁREA DE SERVIÇOS – PROPOSTA-----

----- Sobre o assunto, presente a informação n.º 45, de 2016/02/17, da Divisão Financeira, que se transcreve: “Considerando que: I. Existe um terreno municipal, com a área de 5.190,76 m<sup>2</sup>, sito na Zona Industrial de Macedo de Cavaleiros, que confronta a Norte com a empresa BasMorais, a sul com a EN 15, a nascente e a ponte com a via pública, identificado no seu Plano de Pormenor como espaço destinado à instalação de uma estação de serviços (posto de abastecimento combustíveis e de carregamento de baterias, ou equivalente e área de serviços com snack-bar e papelaria); II. A instalação de equipamento dessa natureza permite um reforço de serviços de apoio as empresas instaladas na Zona Industrial; III. A eventual concessão desse terreno representa para a Câmara Municipal uma fonte de receita; Propõe-se: Primeiro - A abertura de Concurso Público, com publicação no Diário da República, para a concessão do uso privativo do direito de superfície de um terreno municipal para construção, instalação e exploração de um posto de abastecimento de combustíveis, de carregamento de baterias ou equivalente e área de serviços, pelo período de trinta anos, improrrogáveis. Segundo - A aprovação do preço base mínimo de 318.500,00€ (trezentos e dezoito mil e quinhentos euros), assim distribuído: a) 50.000,00 € (cinquenta mil euros) referente à adjudicação da concessão do uso privativo do direito de superfície, a pagar na data de outorga do contrato de concessão; b) 268.500,00€ (duzentos e sessenta e oito mil e quinhentos euros) a pagar em contraprestações mensais inerentes ao uso privativo do direito de superfície, a pagar da seguinte forma: I. 375,00€ (trezentos e setenta e cinco euros)/mês – no 1º ano; II. 500,00€ (quinhentos euros)/mês – do 2º ao 10º ano; III. 750,00€ (setecentos e cinquenta euros)/mês – do 11º ao 20º ano, e IV. 1.000,00€ (mil euros)/mês – do 21º ao 30º ano. Terceiro - A aprovação das peças do procedimento, composto pelo Programa do Concurso, Caderno de Encargos e respetivos anexos, com prazo de quarenta e sete dias para apresentação das propostas, nos termos dos artigos 41.º e 42.º do Código dos Contratos Públicos (CCP); Quarto - A designação do Júri do Procedimento constituído por: Presidente: - André Alberto dos Santos Castro – Chefe da Divisão Financeira; Vogais efetivos: - Maria Isabel Fernandes Bebian Venceslau – Coordenadora Técnica da Subunidade de Contratação pública; - Ana Sofia Morais de Almeida Coutinho Cabeceiro – Técnica Superior; Vogais suplentes: - Abílio Rogério Castanheira Pinto – Técnico Superior; - Manuela de Jesus Gonçalves Carvalho - Coordenadora Técnica da Subunidade de Contabilidade e Património. Quinto - A delegação no Júri do Procedimento das competências para esclarecimentos e retificações das peças do procedimento, aceitação ou rejeição das listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados, prorrogação do prazo para a apresentação das propostas, classificação de documentos da proposta e respetiva desclassificação, audiência prévia dos interessados. Propõe-se ainda, caso este assunto seja aprovado, que o mesmo seja remetido à Assembleia Municipal para os efeitos previstos na alínea p) do n.º1 do artigo 25.º da Lei n.º

75/2013, de doze de setembro” -----

----- Depois de discutida e analisada a proposta, o **Senhor Vereador Fernando Rui Castanheira Pinto** disse que relativamente às questões colocadas, o principal era a atualização dos preços; a base para a análise das propostas tendo em conta que se está a falar em preços futuros e o mínimo de requisitos daquilo que se vai lá fazer. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Apreciado o assunto, a Câmara Municipal por unanimidade, deliberou: a) Autorizar a abertura de Concurso Público, com publicação no Diário da República, para a concessão do uso privativo do direito de superfície de um terreno municipal para construção, instalação e exploração de um posto de abastecimento de combustíveis, de carregamento de baterias ou equivalente e área de serviços, pelo período de trinta anos, improrrogáveis; b) Aprovar o preço base mínimo de 318.500,00; c) Aprovar o Programa de Concurso e Caderno de Encargos e respetivos anexos; d) Designar os elementos responsáveis pelo procedimento, constituído por André Alberto dos Santos Castro - Chefe da Divisão Financeira; Vogais efetivos: Maria Isabel Bebianco – Coordenadora Técnica e Ana Sofia Morais de Almeida Coutinho Cabeceiro – Técnica Superior; Vogais suplentes: Abílio Castanheira Pinto – Técnico Superior; Manuela de Jesus Gonçalves Carvalho – Coordenadora Técnica.-----

----- Mais foi deliberado remeter este assunto à Assembleia Municipal para os efeitos previstos na alínea p), do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei 75/2013, de doze de setembro.”-----

----- **Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra.**-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Devidamente apreciado o assunto, a Assembleia Municipal, por unanimidade, deliberou: a) autorizar a Câmara Municipal a abrir Concurso Público, com publicação no Diário da República, para a concessão do uso privativo do direito de superfície de um terreno municipal para construção, instalação e exploração de um posto de abastecimento de combustíveis, de carregamento de baterias ou equivalente e área de serviços, pelo período de trinta anos, improrrogáveis; b) Aprovar o preço base mínimo de 318.500,00 e aprovar o Programa de Concurso e Caderno de Encargos e os respetivos anexos, conforme proposta da Câmara Municipal.-----

----- **APROVAÇÕES EM MINUTA**-----

----- Foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta o ponto dois ponto dois, dois ponto quatro, dois ponto cinco e dois ponto seis.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

----- Conforme estipula o número um do artigo quadragésimo nono do Anexo I à Lei número 75/2013, de doze de Setembro, o Excelentíssimo **Senhor Presidente da Assembleia**, perguntou se havia alguém no público que quisesse neste momento intervir.-----


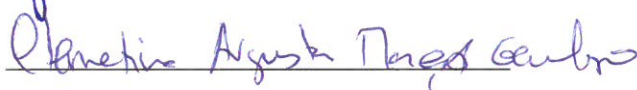
----- **Assim, pretendeu usar da palavra:**-----

----- **JOÃO PEDRO AFONSO LOPES** – Fez a seguinte intervenção: “ Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros e restante mesa; Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal e restante Vereação; Excelentíssimos Senhores e Senhoras Deputados e Presidentes de Junta. Na nossa formação na Universidade Católica do Porto, o voluntariado é uma inestimável aprendizagem sobre o sentido da vida



peçoal e da vida em comum. A semana que passamos em Macedo de Cavaleiros continua a proporcionar-nos esta aprendizagem que nos deixa marcas para a vida. Volvidos quinze dias da nossa passagem, pelo segundo ano consecutivo por Macedo de Cavaleiros, torna-se para nós imperioso agradecer de formas sincera à Comunidade Macedense por mais um ano de excelente cuidado e acolhimento. Partimos do Porto a oito de fevereiro, com a missão de nos pormos ao serviço da Comunidade através do voluntariado e tendo como exemplo os gestos de Cristo. Sentimos mais uma vez o acolhimento que só o povo transmontano sabe fazer e esperamos que um pouco de nós, da nossa alegria e da nossa esperança, tenha ficado por Macedo. Desde então há uma palavra que se tornou muito presente: Gratidão – e não podemos deixar de estar gratos a todos e a cada um dos quantos tornaram esta Missão possível: Câmara Municipal, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, CERCIMAC, Centro D. Abílio, Santa Casa da Misericórdia, ao Centro Social e Paroquial de Grijó, Centro de Dia de Lagoa, Lar Vale o Bem Viver, Lar de Santa Marinha, Hospital e sua Associação de Voluntários e a todas as entidades e pessoas que não nomeamos para não esquecer ninguém e que contribuíram para esta Missão. Obrigado a Macedo pela oportunidade que nos deu de darmos mais! Esperamos que Macedo de Cavaleiros tenha ganho com esta nossa experiência e que nos acolha ainda por mais um ano! O nosso lema deste ano era “Alegra-te, Foste Encontrado!” e foi isso que cada um de nós sentiu aqui: a alegria do encontro em cada instituição, em cada acolhimento: Trouxemos a Fé, levamos o coração cheio. E, partimos com a certeza de que voltaremos, de novo, para vos reencontrar e vos alegrar. Alegrem-se! Foram encontrados! Obrigado Macedo!”-----

----- **Eram vinte horas e não havendo mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarada encerrada a reunião, e do que nela se passou, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Excelentíssimos Presidente, primeiro e segundo Secretários.** -----

  
José António Medeiros  
  
Helena Augusta Torres Goulão

